



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

**CARGO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2019**

**DATA DA PROVA: 07/07/2019 - MANHÃ**

## **CARGO: ADVOGADO (NÍVEL SUPERIOR)**

**Língua Portuguesa: 01 a 04; Matemática 05 a 07;**

**Conhecimentos Gerais: 08 a 10. Conhecimentos Específicos: 11 a 30.**

### **LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA**

<b>1</b>	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
<b>2</b>	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
<b>3</b>	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
<b>4</b>	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
<b>5</b>	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
<b>6</b>	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
<b>7</b>	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
<b>8</b>	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
<b>9</b>	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
<b>10</b>	Assine o cartão-resposta no local indicado.
<b>11</b>	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
<b>12</b>	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
<b>13</b>	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
<b>14</b>	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
<b>15</b>	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

### **Identificação do candidato**

<b>Nome (em letra de forma)</b>	<b>Nº do Documento</b>

## QUESTÕES 01 A 04 - LÍNGUA PORTUGUESA

O parágrafo reproduzido a seguir foi extraído do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Considere-o para responder às questões seguintes.

*“Que me conste, ainda ninguém relatou o seu próprio delírio; faço-o eu, e a ciência mo agradecerá. Se o leitor não é dado à contemplação destes fenômenos mentais, pode saltar o capítulo; vá direto à narração. Mas, por menos curioso que seja, sempre lhe digo que é interessante saber o que se passou na minha cabeça durante uns vinte a trinta minutos”.*

01. Neste parágrafo, o narrador do romance:

- a) Argumenta que, para entender o que se passou com o seu corpo, é antes imprescindível e obrigatório compreender o que se passou em sua mente.
- b) Convida o leitor a adentrar ao seu universo imaginativo, dando a entender, porém, que isso não é fundamental para que o leitor entenda a história.
- c) Demonstra o seu aborrecimento pelo fato de, nos romances da época, os narradores enfatizarem mais os devaneios mentais do que as desventuras físicas.
- d) Revela o seu desprezo pelas ciências psicológicas, pois se coloca acima delas, como se estas devessem agradecer-lo por sua ajuda.

02. No início do parágrafo, o narrador afirma que “ainda ninguém relatou o seu próprio delírio”. Assinale a alternativa que contém o termo que exerce nessa oração a função sintática de sujeito.

- a) Ainda.
- b) Ninguém.
- c) Próprio.
- d) Delírio.

03. Nessa parte do romance, o narrador confessa que alguns dos seus leitores talvez não sejam dados à “contemplação destes fenômenos mentais”. Em relação à palavra “contemplação”, marque a alternativa que NÃO apresenta um de seus significados possíveis.

- a) Apreciação.
- b) Consideração.
- c) Observação.
- d) Refutação.

04. No parágrafo selecionado, em determinado momento o narrador afirma o seguinte: “faço-o eu, e a ciência mo agradecerá”. Em relação ao “-o”, que aparece após o verbo “faço”, pode-se dizer que:

- a) É uma preposição, obrigatória quando o verbo está no presente do indicativo.

- b) Exerce sintaticamente a função de sujeito simples da oração principal.
- c) É um pronome que retoma a ideia de relatar o próprio delírio.
- d) Se trata de um artigo definido, e é usado para conjugar corretamente o verbo.

## QUESTÕES 05 A 07 - MATEMÁTICA

05. Quantos milímetros há em um quilômetro?

- a) Dez mil.
- b) Cem mil.
- c) Um milhão.
- d) Dez milhões.

06. Um conjunto A possui 20 elementos. A intersecção entre o conjunto A e o conjunto B possui 3 elementos, já a união entre os dois conjuntos possui 30 elementos. Quantos elementos possui o grupo B?

- a) 10 elementos.
- b) 13 elementos.
- c) 15 elementos.
- d) 17 elementos.

07. Sobre polígonos convexos, é CORRETO afirmar:

- a) A quantidade de vértices de um polígono é necessariamente igual a sua quantidade de lados.
- b) A soma dos comprimentos de todos os seus lados é chamada de área.
- c) Possuem ângulos internos maiores que  $180^\circ$ .
- d) Possuem, no mínimo, duas diagonais.

## QUESTÕES 08 A 10 - CONHECIMENTOS GERAIS

08. Leia a notícia jornalística a seguir, a respeito da crise política que atualmente ocorre em um dos países vizinhos ao Brasil, e assinale a alternativa que apresenta o nome que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

*“O presidente da Assembleia Nacional da Venezuela e líder da oposição, \_\_\_\_\_, se declarou nesta quarta-feira presidente interino do país e foi reconhecido pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos, entre outros. O presidente Nicolás Maduro reagiu e negou deixar o poder. ‘Aqui não se rende ninguém, aqui não foge ninguém. Aqui vamos ao combate. E aqui vamos à vitória da paz, da vida, da democracia’, disse em discurso na capital”.*

(G1, 23/01/19, com adaptações)

- a) Evo Morales.
- b) Fidel Castro.
- c) Hugo Chávez.
- d) Juan Guaidó.

---

09. No campo das relações internacionais, a China destaca-se como um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Analise as alternativas a seguir e assinale a que indica dois dos principais produtos brasileiros exportados para a China.

- a) Soja e petróleo.
- b) Ouro e diamantes.
- c) Automóveis e aeronaves.
- d) Eletrônicos e manufaturados.

---

10. A matéria jornalística a seguir, publicada em maio deste ano, aborda uma recente polêmica ocorrida na Câmara dos Deputados, envolvendo sensíveis temas sociais brasileiros e suas raízes históricas. Examine-a e assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

*“O plenário da Câmara dos Deputados foi palco de um protesto hoje durante uma sessão solene em homenagem aos cento e trinta e um anos da assinatura da \_\_\_\_\_, que deu fim à escravidão no Brasil. Em discurso, o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança afirmou que a ‘escravidão é tão antiga quanto a humanidade’ e, por esse motivo, ‘é quase um aspecto da natureza humana’. A declaração não foi bem recebida pelo público presente na Casa, a maioria ligada ao movimento negro”.*

(UOL, 14/05/19, com adaptações).

- a) Lei Áurea.
- b) Abertura dos Portos.
- c) Lei do Ventre Livre.
- d) Primeira Constituição.

### QUESTÕES 11 A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

---

11. Nas palavras de Canotilho “pode-se dizer que a interpretação das normas constitucionais é um conjunto de métodos, desenvolvidos pela doutrina, e pela jurisprudência, com base em critérios ou premissas (filosóficas, metodológicas, epistemológicas) diferentes, mas, em geral, reciprocamente complementares.” A respeito do tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os métodos próprios da hermenêutica clássica (literal, histórico, lógico, teleológico, etc.) não se aplicam à interpretação das normas constitucionais.

b) A análise econômica do Direito consiste em uma perspectiva de cunho utilitarista, na qual a decisão do juiz deve se pautar por uma relação custo-benefício, de modo que o direito só é perspectivo quando promove a maximização das relações econômicas, sendo que a maximização da riqueza deve orientar a atuação do magistrado.

c) O substancialismo defende que o intérprete constitucional deve buscar prioritariamente a manutenção das “regras do jogo” democrático, a fim de que as escolhas morais e éticas fundamentais sejam realizadas pela instância política.

d) As correntes não-interpretativistas apregoam que os juízes, ao interpretarem a Constituição, devem se ater ao sentido dos preceitos expressos ou claramente implícitos, em respeito ao princípio democrático de que a decisão judicial não deve fazer as vezes da escolha política legislativa da maioria democrática.

---

12. Sobre a intervenção nos Estados e Municípios, de acordo com a Constituição da República de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A União intervirá nos Estados para assegurar a observância do princípio constitucional da prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

b) A decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

c) O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

d) O Estado intervirá nos Municípios quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por três anos consecutivos, a dívida fundada.

---

13. Assinale a alternativa CORRETA, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal e na Constituição da República de 1988.

a) A Constituição da República de 1988 prevê, expressamente, a possibilidade de iniciativa popular de emenda à constituição.

b) Os membros das duas casas legislativas federais possuem iniciativa para propor projeto de emenda à constituição, mas a tramitação iniciará, em qualquer hipótese, na Câmara dos Deputados.

c) A iniciativa popular de emenda à Constituição de Estado-membro é compatível com a Constituição da República.

d) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros.

---

14. Assinale a alternativa CORRETA a respeito do controle de constitucionalidade, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Constituição da República de 1988.

a) Não se admite a possibilidade de conversão da ação direta de inconstitucionalidade, por violação positiva da Constituição, em ação de inconstitucionalidade por omissão, decorrente da violação negativa do texto constitucional.

b) Partido político sem representação no Congresso Nacional pode propor ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade.

c) A súmula, porque apresenta as características de ato normativo, está sujeita à jurisdição constitucional concentrada.

d) Cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

---

15. NÃO constitui hipótese de emancipação legal:

a) Concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

b) Casamento.

c) Colação de grau em curso de ensino superior.

d) Exercício de emprego público efetivo.

---

16. Acerca das disposições gerais constantes do Código Civil a respeito dos contratos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

b) Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumir, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.

c) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.

d) A coisa recebida em virtude de contrato aleatório pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.

17. No que diz respeito aos efeitos da posse, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código Civil.

a) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho, restituído no de turbação, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

b) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos pendentes.

c) O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

d) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor de custo.

---

18. Assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código de Processo Civil em vigor.

a) Em regra, o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo nos casos em que deve o magistrado decidir de ofício.

b) Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade não encontram previsão expressa no diploma processual.

c) Não compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento de ação relativa à imóvel situado no Brasil, quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

d) A decisão que reconhece a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada não se sujeita à regra da ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

---

19. Sobre a remessa necessária, de acordo com o Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que:

a) Não se aplica a remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 100 (cem) salários-mínimos para os Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.

b) Submete-se ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra o Município, que se fundamenta em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

c) Nos casos em que se deve observar o duplo grau de jurisdição, quando houver apelação por parte do ente público, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o presidente do respectivo tribunal os avocará.

d) A sentença que julgar procedentes, apenas em parte, os embargos à execução fiscal não se sujeita ao duplo grau de jurisdição.

---

20. Em relação à execução fiscal, de acordo com a Lei 6.830/80 e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é INCORRETO afirmar que:

a) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento da Dívida Ativa da Fazenda Pública a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declara absolutamente impenhoráveis.

b) Em ações de execução fiscal, é necessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito.

c) A propositura de ação anulatória de débito fiscal não está condicionada à realização do depósito prévio.

d) Em ações de execução fiscal, a petição inicial não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.

---

21. Não é exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal:

a) Imposto de Renda.

b) Imposto sobre Operações Financeiras.

c) Imposto Extraordinário de Guerra.

d) Imposto sobre Produtos Industrializados.

---

22. Assinale a alternativa CORRETA a respeito da administração tributária.

a) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados pelo prazo de 10 (dez) anos.

b) É admitida a divulgação, por parte da Fazenda Pública, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, quando evidente o interesse público.

c) O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

d) A Fazenda Pública da União não poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.

---

23. A respeito da responsabilidade dos sucessores, é CORRETO afirmar que:

a) A responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

b) A responsabilidade da sucessora abrange apenas os tributos devidos pela sucedida.

c) A sucessora responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato de aquisição, de forma subsidiária com o alienante, se este cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.

d) Em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário

---

24. Assinale a alternativa CORRETA a respeito dos poderes administrativos.

a) No ordenamento jurídico brasileiro não existem decretos autônomos, mas apenas decretos regulamentares, que são manifestações do poder regulamentar e que supõem a preexistência de lei.

b) Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, são passíveis de delegação a pessoas de direito privado integrantes da administração indireta os atos de consentimento e de fiscalização de polícia, mas não as ordens e as sanções de polícia.

c) O poder de polícia goza do atributo da coercibilidade, que confere à administração a possibilidade de exercer imediatamente seus atos, sem necessidade da atuação do Judiciário.

d) O Supremo Tribunal Federal possui entendimento de que é constitucional, por decorrer do poder de polícia, decreto do Poder Executivo que proíbe manifestações em locais públicos com o uso de carros de som ou semelhantes.

---

25. Em relação aos consórcios públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
  - b) Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.
  - c) No que não contrariar a lei de regência, a organização e funcionamento dos consórcios públicos serão disciplinados pela legislação que rege as sociedades cooperativas.
  - d) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- 

26. A Lei 12.520/2002 estabelece que para a aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É vedada a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, ainda que referentes ao fornecimento do edital.
  - b) As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços não poderão adotar a modalidade de pregão.
  - c) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere a lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
  - d) O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- 

27. Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa CORRETA sobre improbidade administrativa.

- a) A nomeação do cônjuge de prefeito para o cargo de Secretário Municipal, por si só, caracteriza ato de improbidade administrativa.
- b) Os Prefeitos dos Municípios, os Governadores dos Estados e o Presidente da República encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.
- c) Para que se configure como ato de improbidade administrativa a indevida dispensa de licitação, deve o autor da ação provar a existência de efetivo dano ao erário.

- d) A ação de improbidade administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra agente político que tenha foro privilegiado no âmbito penal e nos crimes de responsabilidade.
- 

28. Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) Até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
  - b) Por 1 (um) dia para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;
  - c) Até 2 (dois) dias por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.
  - d) Por 1 (um) dia para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
- 

29. Sobre a dispensa sem justa causa de empregado público concursado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Tribunal Superior do Trabalho possuem entendimento sedimentado no sentido de que é possível a dispensa sem justa causa de empregado público concursado.
  - b) O Supremo Tribunal Federal possui tese no sentido de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.
  - c) O Tribunal Superior do Trabalho possui orientação jurisprudencial que preconiza a necessidade de motivação na despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista admitidos por concurso público.
  - d) O Supremo Tribunal Federal concluiu julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral em que ficou estabelecida a necessidade de que haja motivação para a demissão de empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 

30. Em relação à proteção do trabalho da mulher, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é CORRETO afirmar que:

- a) O trabalho noturno das mulheres terá salário idêntico ao diurno.
- b) Havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso sabático.

c) Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação.

d) Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 8 (oito) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um.

---

## GABARITO

**PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

*Divulgação do Gabarito Preliminar às 17 horas do dia 08/07/2019.*